

Maurício Ferreira **Cunha**

COORDENAÇÃO

Renee do Ó **Souza**



Direito Processual Civil

2ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA
E REFORMULADA



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 01.04.2022
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
 Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
 Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
 www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Método | Grupo GEN a partir da 2ª edição.
- Esta obra, anteriormente designada “Resumo de Processo Civil”, passou a ser intitulada “Direito Processual Civil” a partir da 2ª edição.
- Capa: Bruno Sales Zorzetto
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.
 SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

C979d
 2. ed.

Cunha, Maurício Ferreira
 Direito processual civil / Maurício Ferreira Cunha; coordenação Renee do Ó Souza. – 2. ed., rev. atual. e reform. – Rio de Janeiro: Método, 2022.
 480 p.; 21 cm. (Método essencial)

Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-5964-473-5

1. Direito processual civil – Brasil. 2. Processo civil – Brasil. 3. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Souza, Renee do Ó. II. Título. III. Série.

22-76740

CDU: 347.9(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643



Respeite o direito autoral!

Sumário

Capítulo 1

Teoria geral do processo.....	1
1.1 Normas processuais civis	1
1.2 Direitos processuais fundamentais	2
1.2.1 Noções gerais.....	2
1.2.2 Princípios da inércia e do impulso oficial.....	2
1.2.3 Princípios da razoável duração do processo e da primazia do julgamento do mérito	3
1.2.4 Princípio da lealdade e boa-fé processual	4
1.2.5 Princípio da cooperação	4
1.2.6 Princípio do contraditório.....	6
1.2.7 Princípios da publicidade e da motivação das decisões judiciais	7
1.3 Disposições finais e transitórias do CPC/2015	7
1.3.1 Generalidades	7
1.3.2 Vigência do CPC e direito intertemporal	8

Capítulo 2

Política de tratamento adequado de conflitos jurídicos.....	11
2.1 Negociação, mediação, conciliação.....	11
2.1.1 Generalidades	11
2.1.2 Mediação <i>versus</i> conciliação	12
2.1.3 Princípios informadores da mediação e da conciliação....	13
2.2 Equivalentes jurisdicionais.....	15
2.3 Arbitragem.....	16
2.3.1 Definição e natureza jurídica.....	16
2.3.2 Marco legal e as alterações da Lei nº 13.129/2015.....	17
2.3.3 Arbitragem na administração pública	20

Capítulo 3

Teoria dos fatos jurídicos processuais	23
--	----

Capítulo 4

Função jurisdicional	27
----------------------------	----

Capítulo 5

Cooperação internacional e nacional	33
5.1 Limites da jurisdição nacional	33
5.2 Instrumentos de cooperação internacional.....	36
5.2.1 Auxílio direto	37
5.2.2 Carta rogatória.....	39

Capítulo 6

Teoria e direito da ação.....	41
-------------------------------	----

Capítulo 7

Pressupostos processuais.....	45
7.1 Pressupostos processuais de existência	47
7.2 Pressupostos processuais de validade	48
7.2.1 Consequências da incapacidade processual ou da irregularidade de representação	51
7.2.2 Capacidade processual das pessoas casadas	52
7.3 Pressupostos processuais objetivos extrínsecos	53

Capítulo 8

Competência.....	55
8.1 Conceito e fontes da competência	55
8.2 Perpetuação da jurisdição (estabilização da competência) ..	56
8.3 Competência absoluta e relativa	57
8.4 Critérios determinativos da competência	59
8.4.1 Competência funcional.....	59
8.4.2 Competência em razão da matéria (<i>ratione materiae</i>)	60
8.4.3 Competência em razão da pessoa (<i>ratione personae</i>)	61
8.4.4 Competência territorial.....	61
8.4.5 Competência em razão do valor da causa	62
8.5 Competência da Justiça Federal	66
8.5.1 Competência em razão da pessoa.....	66

8.5.2	Competência em razão da matéria.....	68
8.5.3	Competência funcional.....	69
8.5.4	Competência territorial.....	69
8.6	Causas de modificação da competência.....	70
8.6.1	Conexão e continência.....	71
8.6.2	Foro de eleição.....	72

Capítulo 9

Dos sujeitos do processo.....	73	
9.1	Deveres e responsabilidade por dano processual.....	73
9.2	Despesas processuais e honorários advocatícios.....	77
9.3	Gratuidade de justiça.....	80
9.4	Da sucessão das partes e dos procuradores.....	83

Capítulo 10

Litisconsórcio e intervenção de terceiros.....	87	
10.1	Do litisconsórcio.....	87
10.1.1	Conceito e repercussões práticas.....	87
10.1.2	Classificação.....	88
10.1.3	Litisconsórcio multitudinário.....	91
10.1.4	Regras de tratamento dos litisconsortes.....	92
10.2	Intervenção de terceiros.....	93
10.2.1	Generalidades.....	93
10.2.2	Assistência.....	94
10.2.3	Denúnciação da lide.....	96
10.2.4	Chamamento ao processo.....	98
10.2.5	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica... ..	99
10.2.6	<i>Amicus curiae</i>	101
10.3	Intervenção especial dos entes públicos.....	102

Capítulo 11

Do juiz e dos auxiliares da justiça.....	103	
11.1	Do juiz.....	103
11.1.1	Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.....	103
11.1.2	Impedimento e suspeição.....	105
11.1.3	Arguição de impedimento e suspeição.....	107
11.2	Dos auxiliares da justiça.....	108

11.2.1	Do escrivão ou chefe de secretaria e do oficial de justiça..	109
11.2.2	Do perito	110
11.2.3	Do depositário e do administrador.....	111
11.2.4	Do intérprete e do tradutor	111
11.2.5	Dos conciliadores e mediadores judiciais	112
11.2.6	Do distribuidor.....	114
11.2.7	Do partidor	115
11.2.8	Do contabilista.....	116
11.2.9	Do regulador de avarias.....	117

Capítulo 12

Funções essenciais à justiça.....	119
12.1 Do Ministério Público	119
12.2 Da Advocacia Pública.....	121
12.3 Da Defensoria Pública	122

Capítulo 13

Dos atos processuais	125
13.1 Da forma dos atos processuais	125
13.2 Da prática eletrônica dos atos processuais.....	126
13.2.1 Generalidades	126
13.2.2 Publicidade dos atos processuais	127
13.2.3 Registro dos atos processuais eletrônicos	128
13.2.4 Regulamentação da prática dos atos processuais eletrônicos.....	128
13.2.5 Natureza das informações processuais prestadas pelo sistema dos tribunais.....	129
13.3 Classificação dos atos processuais.....	129
13.3.1 Atos das partes	130
13.3.2 Pronunciamentos do juiz	131
13.3.3 Atos dos auxiliares da justiça.....	132
13.4 Dos negócios jurídicos processuais	133
13.5 Do tempo e do lugar dos atos processuais	135
13.6 Dos prazos.....	136
13.6.1 Noções gerais.....	136
13.6.2 Classificação quanto à natureza dos prazos.....	137
13.6.3 Contagem dos prazos.....	138
13.6.4 Suspensão dos prazos	140

13.6.5 Prazos próprios e impróprios.....	140
13.7 Da comunicação dos atos processuais.....	141
13.7.1 Da citação	142
13.7.2 Das cartas.....	150
13.7.3 Intimações	151

Capítulo 14

Das nulidades.....	155
14.1 Generalidades.....	155
14.2 Princiologia das nulidades adotada pelo CPC.....	156
14.3 Nulidades cominadas	157
14.4 Arguição de nulidades.....	158

Capítulo 15

Da tutela provisória.....	161
15.1 Noções gerais.....	161
15.1.1 Conceito e características	161
15.1.2 Espécies de tutelas provisórias	162
15.1.3 Regras comuns às tutelas provisórias	162
15.1.4 Tutela provisória contra a Fazenda Pública	163
15.2 Das tutelas de urgência	165
15.2.1 Conceito e classificação.....	165
15.2.2 Requisitos.....	166
15.2.3 Forma e conteúdo	167
15.2.4 Tutela de urgência satisfativa antecedente	167
15.2.5 Estabilização da tutela de urgência	168
15.2.6 Tutela de urgência conservativa antecedente	171
15.2.7 Regras comuns às tutelas de urgência.....	172
15.3 Das tutelas de evidência	174

Capítulo 16

Da formação, suspensão e extinção do processo.....	177
--	-----

Capítulo 17

Modelos de organização processual.....	183
17.1 Processo e procedimento.....	183

17.2 Procedimento comum e especial.....	184
17.3 Petição inicial	185
17.3.1 Requisitos.....	185
17.3.2 Causa de pedir e pedido	186
17.3.3 Valor da causa	188
17.4 Admissibilidade da demanda.....	190
17.4.1 Emenda da petição inicial.....	190
17.4.2 Indeferimento da petição inicial.....	191
17.4.3 Improcedência liminar do pedido	192
17.5 Ampliação, redução e alteração da demanda.....	193
17.6 Audiência de conciliação ou de mediação.....	194
17.7 Resposta do réu.....	195
17.8 Contestação	196
17.8.1 Definição	196
17.8.2 Conteúdo e forma da contestação.....	197
17.8.3 Impugnação especificada	197
17.8.4 Preliminares	198
17.9 Reconvenção.....	200

Capítulo 18

Providências preliminares	203
18.1 Revelia ou contumácia.....	204
18.2 Revelia e provas.....	205
18.3 Direito de réplica do autor.....	205

Capítulo 19

Julgamento conforme o estado do processo.....	207
19.1 Extinção do processo	207
19.2 Julgamento antecipado do mérito, total ou parcial.....	209
19.3 Saneamento e organização do processo	211
19.3.1 Definição e conteúdo.....	211
19.3.2 Saneamento consensual	212
19.3.3 Saneamento e organização do processo em cooperação com as partes.....	212

Capítulo 20

Das provas	215
20.1 Teoria geral do direito probatório.....	215

20.1.1	Conceito e destinatário da prova.....	215
20.1.2	Objeto e características da prova.....	216
20.1.3	Poder instrutório do magistrado.....	217
20.1.4	Valoração da prova.....	218
20.1.5	Ônus da prova.....	218
20.1.6	Meios de prova.....	220
20.2	Produção antecipada de provas.....	221
20.3	Ata notarial.....	223
20.4	Depoimento pessoal.....	224
20.5	Confissão.....	226
20.6	Exibição de documento ou coisa.....	227
20.6.1	Generalidades.....	228
20.6.2	Procedimento e efeitos da exibição requerida contra a parte.....	228
20.6.3	Procedimento e efeitos da exibição requerida contra terceiro.....	230
20.7	Prova documental.....	231
20.7.1	Força probante dos documentos.....	232
20.7.1.1	Documento público.....	232
20.7.1.2	Documento particular.....	233
20.7.1.3	Telegramas, cartas, registros domésticos.....	235
20.7.1.4	Livros empresariais.....	235
20.7.2	Falsidade documental.....	236
20.7.3	Produção da prova documental.....	238
20.7.4	Documentos eletrônicos.....	239
20.8	Prova testemunhal.....	240
20.8.1	Conceito e valor probante.....	240
20.8.2	Admissibilidade <i>versus</i> inadmissibilidade.....	241
20.8.3	A testemunha.....	242
20.8.4	Produção da prova testemunhal.....	244
20.9	Prova pericial.....	247
20.9.1	Conceito e distinções.....	247
20.9.2	Admissibilidade da perícia.....	248
20.9.3	Procedimento.....	249
20.10	Inspeção judicial.....	251

Capítulo 21

Decisão judicial.....	253
21.1 Conceito e elementos da sentença.....	253

21.1.1 Relatório	254
21.1.2 Fundamentação	255
21.1.3 Dispositivo	256
21.2 Requisitos da sentença	256
21.2.1 Congruência externa	257
21.2.2 Congruência interna	258
21.3 Conteúdo da sentença.....	259
21.4 Eficácia da decisão.....	261
21.4.1 Hipoteca judiciária	262
21.4.2 Remessa necessária	263
21.5 Publicação e integração da sentença	265

Capítulo 22

Coisa julgada	267
22.1 Conceito e natureza jurídica.....	267
22.2 Preclusão e coisa julgada.....	268
22.3 Limites da coisa julgada.....	269
22.3.1 Limites objetivos.....	269
22.3.2 Limites subjetivos.....	270
22.3.3 Limites temporais	271
22.4 Meios de impugnação.....	272
22.5 Coisa julgada inconstitucional.....	273

Capítulo 23

Ordem dos processos nos tribunais.....	275
23.1 Precedentes judiciais.....	275
23.2 Ação rescisória.....	277
23.3 Reclamação.....	281
23.4 Microssistema de julgamento de casos repetitivos	284
23.4.1 Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	284
23.4.2 Incidente de assunção de competência	287
23.5 Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	288
23.6 Incidente de suspensão de eficácia de decisão judicial.....	290

Capítulo 24

Recursos	293
24.1 Teoria geral dos recursos.....	293

24.1.1	Conceito e classificação dos recursos	293
24.1.2	Pressupostos de admissibilidade	294
24.1.3	Disponibilidade dos recursos – desistência e renúncia.....	299
24.1.4	Efeitos dos recursos.....	299
24.1.5	Recurso adesivo.....	301
24.2	Apelação	301
24.2.1	Definição e cabimento	301
24.2.2	Efeito devolutivo	302
24.2.3	Efeito suspensivo	303
24.2.4	Procedimento.....	304
24.3	Agravo	306
24.3.1	Agravo de instrumento	306
24.3.2	Agravo interno	312
24.3.3	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário ..	313
24.4	Embargos de declaração.....	314
24.5	Recurso Ordinário Constitucional (ROC).....	318
24.6	Recursos especial e extraordinário	319
24.6.1	Cabimento.....	319
24.6.2	Procedimento.....	321
24.6.3	Efeitos	323
24.6.4	Recursos repetitivos	324
24.7	Embargos de divergência	328

Capítulo 25

Execução e cumprimento de sentença.....	331
25.1 Teoria geral da execução.....	331
25.1.1 Vias de execução.....	331
25.1.2 Espécies de sanções efetivadas pela via da execução ..	332
25.1.3 Meios de execução	332
25.1.4 Ação de cobrança fundada em título executivo extra- judicial.....	333
25.2 Cumprimento de sentença de pagar quantia.....	333
25.3 Tutela jurisdicional executiva	335
25.3.1 Princípios informativos da tutela jurisdicional executiva ..	335
25.3.2 Requisitos para realizar qualquer execução	337
25.4 Demanda executiva.....	337
25.4.1 Legitimidade ativa	338
25.4.2 Legitimidade passiva.....	339
25.4.3 Litisconsórcio e intervenção de terceiros	339

25.4.4 Órgão jurisdicional competente.....	340
25.5 Liquidação.....	342
25.5.1 Modelos de liquidação de sentença.....	342
25.5.2 Legitimidade para requerer a liquidação	343
25.5.3 Liquidação provisória.....	344
25.5.4 Cognição na liquidação	344
25.5.5 Espécies de liquidação	345
25.6 Título executivo.....	345
25.7 Responsabilidade patrimonial	350
25.8 Fraudes na execução.....	351
25.9 Diversas espécies de execução.....	352
25.9.1 Obrigação alimentícia.....	352
25.9.2 Obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa	354
25.10 Defesas na execução.....	357
25.11 Penhora, depósito e avaliação.....	360
25.12 Expropriação e satisfação	366
25.13 Suspensão e extinção da execução.....	367

Capítulo 26

Procedimentos especiais do CPC.....	371
26.1 Ação de consignação em pagamento.....	371
26.2 Ação de exigir contas	373
26.3 Ações possessórias.....	373
26.3.1 Regras gerais	373
26.3.2 Ação de manutenção e/ou de reintegração de posse.....	375
26.4 Ação de dissolução parcial de sociedade	377
26.5 Inventário e partilha	378
26.6 Embargos de terceiro	381
26.7 Ações de família	383
26.8 Ação monitória	385
26.9 Procedimentos de jurisdição voluntária.....	387

Capítulo 27

Procedimentos especiais em Legislação Extravagante ...	389
27.1 Juizados especiais, cíveis, federais e da Fazenda Pública ..	389
27.2 Mandado de segurança, <i>Habeas corpus</i> , <i>Habeas data</i> , Mandado de injunção, Ação popular e Ação civil pública..	397
27.2.1 Mandado de segurança, <i>Habeas corpus</i> , <i>Habeas data</i> e Mandado de injunção.....	397

27.2.2 Ação popular e Ação civil pública	402
27.3 Lei nº 8.078/1990	406
27.4 Estatuto da Criança e do Adolescente	411
27.5 Execução fiscal	412
27.6 Locação e seus procedimentos especiais	420
27.7 Desapropriação	421
27.8 Alienação fiduciária em garantia	423
27.9 Ação de alimentos	425
27.10 Ação de separação e de divórcio.....	426
27.11 Registros públicos.....	427
27.12 Lei nº 11.340/2006	428
27.13 Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015	429
27.14 Lei do Direito de Resposta ou da retificação do ofendido.....	430
27.15 Estatuto do Idoso.....	432
27.16 Ações de usucapião especial	434

Capítulo 28

Processo coletivo	437
28.1 Microsistema processual coletivo	437
28.2 Situações jurídicas coletivas	438
28.3 Normas fundamentais.....	439
28.4 Aspectos procedimentais específicos	441
28.4.1 Competência	441
28.4.2 Legitimados ativos.....	444
28.4.3 Relação entre ação coletiva e ação individual	446
28.4.4 Intervenção do MP.....	447
28.4.5 Litisconsórcio e intervenção de terceiros	448
28.4.6 Recursos	449
28.4.7 Reexame necessário	450
28.5 Decisão estrutural.....	451
28.6 Coisa julgada	452
28.6.1 Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	452
28.6.2 Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	453
28.6.3 Coisa julgada no mandado de segurança coletivo	454
28.6.4 Limitação territorial da coisa julgada	455
28.7 Liquidação	456
28.8 Execução.....	458
28.8.1 Noções gerais.....	458

28.8.2 Execução de sentença genérica (direitos individuais homogêneos).....	458
28.8.3 Execução de sentença coletiva não impugnada pela Fazenda Pública e honorários de sucumbência.....	459
28.9 Processo coletivo passivo	460
Referências	463